

**DESENVOLVIMENTO *VERSUS* CRESCIMENTO ECONÔMICO: O FUNDECAM  
COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS  
GOYTACAZES-RJ.**

**Laila de Souza Gomes – Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e  
Tecnologia.**

*laila.s.gomes@gmail.com*

**Camila Cabral de Castro – Governo do Estado do Rio de Janeiro**

**RESUMO**

Este artigo abordará a questão do desenvolvimento local de Campos dos Goytacazes a partir do estudo do caso do FUNDECAM em seus anos iniciais de funcionamento. Para tanto, serão analisados temas relativos à questão do desenvolvimento e crescimento econômico, além de análise estatística. A hipótese que principal deste trabalho será a comprovação de que o FUNDECAM, como instrumento de desenvolvimento local, não consegue atingir as premissas necessárias, ficando este restrito à ideia de crescimento econômico.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Desenvolvimento local. Crescimento endógeno. Crescimento econômico. Gestão.

**INTRODUÇÃO**

Com a Constituição brasileira de 1988, os municípios passaram a possuir uma maior autonomia em diversos aspectos, entre eles mudanças na questão fiscal, como um aumento na arrecadação tributária dos municípios. As cidades tiveram uma maior autonomia no tocante aos interesses locais, através de políticas públicas.

Segundo Costa *et al*

*Com a descentralização administrativa, tornou-se necessário o aumento de recursos a serem disponibilizados aos municípios: Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). No caso do Estado do Rio de Janeiro ainda há o repasse dos royalties do petróleo, já que possui em seu território uma importante província petrolífera do Brasil.*

Diante deste quadro, o município de Campos dos Goytacazes foi palco de um cenário muito atípico em todo o país: a cidade passou a receber *royalties* relativos à

extração de petróleo dentro de seus limites territoriais. Este fato implicou em um acréscimo muito significativo no que diz respeito à receita orçamentária da cidade. Tal recebimento se deu por conta da Lei do Petróleo de 1997 que “modificou a base de cálculo dos *royalties* pagos sobre a exploração das bacias petrolíferas brasileiras e instituiu participações especiais” (PASSOS *et al.*, p. 133). O município recebeu de 1999 até o ano de 2008 a quantia de R\$ 2.857.548.061,26 em valores correntes, segundo dados fornecidos pelo Info Royalties<sup>1</sup>. Parte deste montante gerado foi utilizado para a elaboração do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM), Fundo este que tinha por finalidade o financiamento de empresas a fim de preparar o município para o período pós-*royalties*.

A administração municipal passou então a afirmar que as atividades provenientes do FUNDECAM fomentariam o desenvolvimento do município. Este trabalho tem como objetivo primeiro comprovar se o discurso de desenvolvimento promovido pelos gestores responsáveis pelo Fundo condiz com as ações do mesmo, pois julga-se de suma importância analisar como o poder público vem administrando o montante relativo aos *royalties* do petróleo para o fomento da economia local e como se dará os rumos desta durante o período pós-*royalties*. Para tanto, serão promovidas discussões acerca do “desenvolvimento local” e “crescimento econômico”.

Os resultados obtidos através deste estudo poderão auxiliar a sociedade civil à entender e avaliar como (ou se) o FUNDECAM vem sendo tratado pela gestão municipal no tocante à questão do desenvolvimento local.

Este trabalho terá fontes primárias, formadas pela lei do FUNDECAM, além da utilização de índices que serão a base para se analisar o emprego formal no município de Campos dos Goytacazes. Os índices dos empregos gerados em todo município no segmento industrial serão extraídos de fontes pertencentes ao Ministério do Trabalho e Emprego, sendo elas a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Também serão fontes secundárias, através de uma pesquisa bibliográfica acerca de obras referentes aos temas propostos.

---

<sup>1</sup> Info Royalties é um sistema de informação acerca da distribuição das rendas do petróleo entre o conjunto dos municípios beneficiários dos *royalties* do petróleo. Disponível no endereço eletrônico da Universidade Candido Mendes (<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>).

Este trabalho será dividido em duas partes: a primeira delas apresentará o referencial teórico da presente pesquisa e a segunda, o estudo de caso do FUNDECAN.

## DESENVOLVIMENTO LOCAL

A ideia de desenvolvimento é, muitas vezes, atrelada à ideologia da técnica e do crescimento concentrado, fazendo com que os indivíduos e os lugares tornem-se dependentes diretos dos capitais voláteis e de uma economia cada vez mais voltada para o mercado especulativo. Assim, os custos com melhoria da qualidade de vida, do desenvolvimento social e do território tendem a ser cada vez mais reduzidos ao longo do tempo.

O desenvolvimento também sempre foi visto como algo que chegava à uma região ou era originária das camadas superiores de determinada sociedade, através de incentivos públicos ou de empresas privadas. Segundo Dowbor:

*A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista como dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva. (DOWBOR, 2008, p. 5).*

Porém, projetos de desenvolvimento comprovam que, ao contrário do que se era imaginado, a capacidade da organização social, juntamente com a apropriação que a comunidade obtém com relação ao processo são fundamentais para a consolidação do desenvolvimento. Tal desenvolvimento não pode ser tratado como um mero conjunto de elementos para se atingir o crescimento econômico. Este além de envolver uma dinâmica econômica, envolve também um viés político e cultural que tem o poder de transformar a vida de uma sociedade.

Vários municípios mobilizaram-se em torno desta questão para promover o desenvolvimento no âmbito local de seus respectivos territórios. Partiram do pressuposto de que é dentro de seus limites que as soluções para alavancar a potencialidade local deve ser iniciada. Importante frisar que os recursos externos (tais como incentivos do governo nacional e/ou a vinda de empreendimentos industriais)

podem ser elementos que podem contribuir para o processo de desenvolvimento, mas não podem ser tratados como a única solução.

Para que uma sociedade possa usufruir as benesses do desenvolvimento local, torna-se essencial a mobilização da base da mesma, sendo esta, uma esfera que deve adquirir grande poder de participação ao longo de todo o processo. Não se pode afirmar, como fazem grande parte das elites deste país, que as camadas mais pobres da sociedade representam um ônus. Deve-se atentar para o fato de que a camada social menos favorecida foi constantemente privada de incentivos que poderiam lhes fornecer recursos básicos para sua formação (como por exemplo, educação básica de qualidade, saúde e/ou alimentação suficiente para seu sustento). Apostar justamente nas potencialidades desta camada é crucial para que se possa atingir o tão desejado desenvolvimento, haja vista que os pobres não encontram-se em situação precária por comodismo ou passividade, mas sim por falta de oportunidades e pouca articulação com sistemas de apoio.

Existe no Brasil um sólido sistema de fomento à grande empresa (sistema este, reproduzido fielmente no município de Campos dos Goytacazes). Para os grandes produtores rurais ou industriais, tem-se todo um aparato organizacional para o pleno funcionamento de seu empreendimento, muitas vezes sendo estes financiados por bancos públicos (no caso de Campos, pelo próprio governo municipal). Já para os pequenos empresários, há apenas iniciativas pontuais, sendo estes muitas vezes atravancados pela burocracia a eles imposta. É importante apontar que

*[...] as experiências de desenvolvimento local bem estruturadas têm como característica central o fato de se apoiarem quase sempre em parcerias. Portanto, não se trata apenas de iniciativas pontuais, mas de organizações plurais que se articulam para dinamizar uma região, envolvendo diversos atores. As parcerias permitem que modalidades distintas de iniciativas isoladas se tornem coerentes e complementares, em vez de fragmentadas e dispersas. (DOWBOR, 2008, p. 8).*

Quando se pensa em uma empresa, automaticamente se pensa em uma grande densidade organizacional. Não se pode pensar em uma economia produtiva, se as empresas que a constituem não o são. A partir deste pressuposto, o desenvolvimento em escala nacional deve se apoiar em unidades territoriais que

possuam um acesso maior de relação com as já citadas empresas. Nesta categoria de análise, encontram-se os municípios, que devem ser administrados de maneira racional e produtiva. Os municípios são a primeira escala a qual observamos para a construção de um país. As instâncias de nível nacional são fundamentais para a gestão de um Estado, como por exemplo, criando infraestrutura e políticas de fomento à tecnologia, mas todo esse empenho deve ser aplicado em territórios bem geridos, sendo apropriado de maneira devida pelos agentes locais. É no âmbito municipal que é possível, lançando mão da expressão de Dowbor, de “pôr ordem na casa”, ou seja, é diante da escala local que os atores podem interferir na realidade em que vivem, de identificar os problemas e suas respectivas soluções.

Ao assegurar apoio descentralizado ao produtor, ao micro e ao pequeno empresário, além do apoio aos processos participativos de gestão, dar-se-á apoio também ao aumento do nível de democratização do âmbito local. É necessário também formar pessoas para que os recursos gerados no local possam ser devidamente aproveitados. É imprescindível ainda a diminuição da ampla burocracia existente, possibilitando assim a flexibilização dos meios e instrumentos para a gestão, além do aumento de acesso organizado dos atores sociais no tocante à sustentabilidade do processo, ou seja, da manutenção e dos posteriores avanços das ações já realizadas.

Quando a população tem um papel ativo acerca do desenvolvimento de seu território, fica cada vez mais difícil ficar a mercê das intempéries decorrentes das diversas mudanças ocorridas na administração pública, isto é, não correr o risco, por exemplo, de um projeto que fomenta o desenvolvimento local de determinado município durar apenas quatro anos, não possuindo assim uma continuidade posterior.

O desenvolvimento não pode ser encarado como uma via de mão única, haja vista que:

*O desenvolvimento econômico real – inclusivo, participativo e democrático – não é promovido só de cima, ou só de baixo, mas resulta da articulação inteligente de diversos tipos de aportes. O “circuito superior” da economia, para utilizar a categoria de Milton Santos, tende a ter os apoios necessários. A necessária recuperação de equilíbrio situa-se, hoje, na área do “circuito inferior”, que apresenta um imenso potencial não só em termos produtivos, mas também de redução das desigualdades herdadas, através da inclusão sócio-produtiva com sustentabilidade. (DOWBOR, 2008, p. 10).*

O autor Romeu e Silva Neto esclarece que para se ter políticas, estratégias e ações voltadas para o desenvolvimento, há de se ter mecanismos eficazes de gestão. Estes mecanismos devem permitir uma atuação ágil e flexível, itens primordiais, diante de uma economia cada vez mais globalizada. Também é fundamental a interação entre o setor público e a sociedade civil, para que se possa aguçar, de uma maneira mais eficiente, as potencialidades locais, sem que o Estado deixe de ter como elemento prioritário de suas ações a sua função social.

Durante as três últimas décadas observou-se, em países desenvolvidos, políticas, estratégias e ações voltadas para o desenvolvimento local. O autor ressalta que:

*Os objetivos gerais do novo modelo de desenvolvimento visam à transformação, a longo prazo, do sistema econômico e social local, tendo como princípios básicos a participação de agentes da localidade e a utilização mais eficiente possível de recursos já disponíveis. Esses objetivos gerais, no entanto, desdobram-se em objetivos de prazos menores, dentre os quais se destacam aqueles relacionados com a promoção da atividade empresarial, especialmente, no que diz respeito às micro e pequenas empresas. (SILVA NETO, 2004, p. 335).*

O papel dos municípios dentro deste novo modelo de desenvolvimento é primordial para que o mesmo tenha êxito. As facilidades das ações de um governo municipal são maiores, pois há uma maior proximidade com a população, além de um maior entendimento das necessidades e potencialidades locais.

## **CRESCIMENTO ECONÔMICO**

A discussão envolvendo crescimento econômico *versus* desenvolvimento vem sendo travada ao longo do tempo e que, apesar de parecer obsoleta, esta relação vem se reestruturando a cada dia. A retomada desta discussão se deu por conta dos recentes acontecimentos na economia e na política mundial. Estes encontram-se a seguir.

Com o capitalismo de fins do século XX, em torno da terceira revolução industrial (com base essencialmente tecnológica), da lei do livre mercado, e de uma

economia cada vez mais globalizada, lançaram-se mão de antigos mitos e falácias. Dentre eles,

*[...] encontra-se o mito da racionalidade técnica, na perspectiva da razão instrumental, que aponta o econômico, do ponto de vista do capital como variável exclusiva e suficiente para a determinação do desenvolvimento. O crescimento, só que agora como sinônimo de integração (ou submissão às) nas novas condições da globalização, voltou a ser a variável necessária suficiente ao desenvolvimento. (CRUZ in PIQUET, 2004, p. 78).*

Esta fase do capitalismo mundial, comandada pelo neoliberalismo (sendo este o sucessor do Estado de bem-estar social), recoloca e aprofunda a técnica como centro da teoria das práticas sociais, onde esta se torna razão única para dar sentido e mover a ação social. Contrapõe o livre mercado ao Estado interventor, há um quadro de “igualdade entre os desiguais”, coloca lado a lado os detentores de capital e tecnologias e os indivíduos que possuem apenas e tão somente a sua força de trabalho, com baixos níveis de qualificação e qualidade de vida.

O conceito de livre concorrência transforma o trabalhador em único responsável por seu respectivo emprego, sem que este tenha acesso às forças que conduzem a dinâmica de seu trabalho. O empreendedorismo, onde as competências e habilidades relacionadas ao trabalho são pura e simplesmente responsabilidades do indivíduo, é um exemplo elucidador desta dinâmica. Tal fato exclui as responsabilidades do empregador e do Estado. Ao utilizar as ideias de eficácia e produtividade, fundamentais para inserir o trabalhador no mercado de trabalho, os lugares - municípios, estados, ou até mesmo o próprio país - continuam sendo um fator determinante.

## **CRESCIMENTO ENDÓGENO**

A teoria do crescimento endógeno surgiu a partir da década de 1990, onde o já iniciado processo de globalização coloca em destaque novos fatores para a instalação de empreendimentos industriais, isto é, a infraestrutura física não mais é tida como prioritária, mas sim os recursos humanos e institucionais existentes. Tal fato faz com que sejam incorporados, cada vez mais recursos locais ao longo do processo. Nesse sentido, a escala local adquire um papel importante, pois há

*[...] a proposição de uma integração das atividades produtivas em meio a espaços geograficamente dispersos, territorializando segmentos importantes de suas estruturas em locais distintos. Nesse sentido, cresce a importância dos fatores endógenos, e, sobretudo, do papel dos diferentes níveis governamentais de cada local. (OLIVEIRA, 2008, p. 126).*

A teoria do crescimento endógeno pode ser classificada a partir de dois aspectos: os modelos de capital endógeno ampliado e capital humano intencional; e os modelos endógenos de inovação.

O primeiro modelo centra-se na inovação tecnológica como uma “válvula” para a concentração de capitais, onde é impulsionado o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da força de trabalho, onde esta tem de adquirir um nível maior da qualificação e treinamento para operar os novos e complexos processos produtivos. A tecnologia então, passaria a ser dominada pelos agentes locais. Entra em pauta nesta discussão, o papel das administrações locais, que por meio de investimentos públicos, tem como dever primar pela qualificação dos trabalhadores, além de investimentos em infraestrutura e serviços. A questão da tecnologia abre precedentes para a análise do que os autores denominam de “capital endógeno intencional”, onde as pesquisas e a ampliação do sistema educacional voltado para atender o desenvolvimento valorizam os agentes e técnicos locais. Neste sentido, observa-se que a própria força de trabalho busca cada vez mais um maior nível de qualificação em prol do aumento de seus salários reais.

No segundo modelo

*[...] supõe-se que os locais buscam acompanhar a dinâmica da “nova economia”, na qual cresce o número de empreendedores atuando na escala mundo, que, direta ou indiretamente, influi nas trocas de mercadorias, pessoas e informações (VERDI apud OLIVEIRA, 2008, p. 130).*

## **APRESENTANDO O FUNDECAM**

O Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes (FUNDECAM) nasceu a partir de uma intensa mobilização de entidades das sociedades civil e política da região Norte Fluminense. Estas se reuniram num fórum permanente de desenvolvimento, lançado em 9 de março de 2001 na Câmara de Dirigentes Lojistas

(CDL) da cidade de Campos dos Goytacazes. Antes deste fórum, várias reuniões foram realizadas durante um período de aproximadamente 6 meses na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), das quais participaram representantes de sindicatos de trabalhadores, direções das faculdades e universidades de Campos e representações estudantis. As contribuições extraídas das discussões travadas nestas reuniões constituíram a base do documento do Fórum de Desenvolvimento Permanente, que trás uma série de sugestões de políticas que deveriam ser implementadas pelo poder público.

Desde então as atividades do Fundo tiveram início. Sua pretensão inicial era a instalação e a ampliação de empresas no município, principalmente do segmento industrial. Campos dos Goytacazes passou a receber um grande contingente de indústrias. Tal fato se deu por uma série de fatores, tais como: o município ser um pólo de qualificação técnica; possuir terrenos de preços altamente acessíveis, como por exemplo, os terrenos existentes na Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN); uma localização geográfica favorável, por este encontrar-se no eixo Rio-Vitória-Minas e ter parte Bacia de Campos dentro de seus limites territoriais; a Lei Estadual número 4.533 que reduziu o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para 2% em determinados segmentos industriais; e incentivos fiscais do próprio município, como a cobrança de juros em torno de 6% ao ano, que são cobrados por conta dos empréstimos que o município disponibiliza para a instalação das empresas. O prazo de carência para a amortização da dívida estabelecida através destes empréstimos varia de 12 até 60 meses. Se o pagamento for executado de maneira correta, os juros acima citados retornarão para a empresa em forma de recursos a serem utilizados como capital de giro pela mesma.

O FUNDECAM desde o seu início financiou projetos acima de R\$50.000 e, em sua grande maioria, o Fundo atraiu empreendimentos que não eram existentes no município. Os objetivos destas ações eram a geração de emprego para os habitantes de Campos dos Goytacazes e o “desenvolvimento” econômico da cidade, além da produção de alternativas para a economia diante de um futuro esgotamento do petróleo da região, o que acarretaria o fim dos recursos provenientes dos *royalties* do petróleo.

Os ramos do FUNDECAM são classificados nas atividades de Confeção, Agroindústria, Petróleo e Gás, Piscicultura/Agricultura, Biotecnologia, Saúde/Medicina, Alimentos, Metalurgia, Embalagens, Serviços, Indústrias de Transformação, Cosméticos, Produtos para Construção Civil. Tal classificação foi extraída do site oficial do Fundo.

### **FUNDECAM: uma alternativa criada para o período pós-royalties**

O FUNDECAM é um fundo de desenvolvimento regional com o dinheiro proveniente dos *royalties* do petróleo<sup>2</sup>, para fomentar o setor produtivo da região, viabilizando investimentos externos e internos, sobretudo em pequenas e médias empresas capazes de gerar emprego e renda e dar sustentabilidade a economia do Norte Fluminense para o período posterior à extração petrolífera. O que se concretizou na prática, contudo, foi a criação de um fundo municipal pela prefeitura de Campos dos Goytacazes para financiar empreendimentos que gerassem emprego e renda no município. Foi assim que em 02 de julho de 2001, através da Lei 7.084, foi criado o FUNDECAM, que só começou a funcionar efetivamente no ano seguinte, após a sua regulamentação pelo Decreto N° 147/02, de 22 de março de 2002, publicado no Diário Oficial no dia 31 do mesmo mês. Desde então, vários projetos foram beneficiados e, segundo anunciado na imprensa do município pela prefeitura, milhares de empregos foram gerados.

### **O FUNDECAM e a trajetória do emprego formal em Campos**

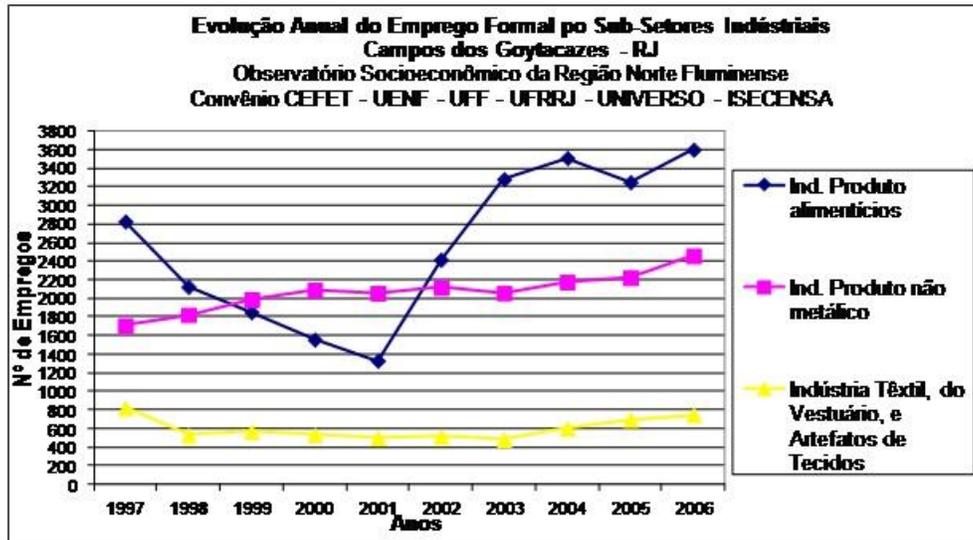
O emprego formal do segmento industrial do município de Campos dos Goytacazes sofreu alterações em seus índices a partir do ano de 2001, tendo a instalação de empreendimentos financiados pelo FUNDECAM como fator de suma

---

<sup>2</sup>Comprova-se esta afirmação a partir do artigo 13 da lei municipal 7.084, onde se estabelece que “as despesas decorrentes da implantação do Fundo de Desenvolvimento correrão por conta de recursos orçamentários, suplementados se for o caso, de acordo com as disponibilidades do fluxo da receita decorrente das participações governamentais advindas da exploração de petróleo e gás.”

importância. Comprova-se esta afirmação a partir da análise dos gráficos apresentados a seguir.

**Gráfico 1**  
**Média Anual do Emprego Formal por Sub-Setores Industriais em Campos dos Goytacazes –RJ**



Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e do Emprego. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em: ago., 2008.

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e do Emprego. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em: ago., 2008.

O Gráfico 1 apresenta a evolução anual dos três sub-setores que se destacaram entre os demais. No sub-setor Indústria de produtos alimentícios, pode-se observar uma constante queda nos anos de 1997 à 2000. Este quadro reverte-se a partir de 2002 e seus saldos positivos voltam a ocorrer, exceto em 2005, onde o estoque de empregos sofre um pequeno decréscimo. Já no sub-setor Indústria de produtos não metálicos, os índices de empregos formais são, no período analisado, estáveis. Tal estabilidade também ocorre no sub-setor Indústria Têxtil, onde o ano de 1998 apresenta o menor número de empregos.

Há de se destacar nesta análise, o papel da empresa Duvêneto, que a partir do início de suas atividades, foi um dos principais atores na ascensão deste sub-setor industrial no município.

A partir da análise do gráfico anterior, não há de se negar que o FUNDECAM foi um fator que contribuiu de maneira significativa para o aumento do número de

empregos proporcionados por empreendimentos industriais financiados pelo Fundo. Contudo, torna-se fundamental ressaltar que este crescimento, proveniente das ações do FUNDECAM, foi refletido em um setor industrial extremamente defasado e estagnado no município, ou seja, pequenas ações puderam, proporcionalmente, gerar grandes consequências estatísticas.

## RESULTADOS

O discurso de desenvolvimento utilizado pelos gestores do município ao referirem-se ao FUNDECAM não condiz, como se tentou comprovar nesta monografia, com as ações que o Fundo promoveu. Foram trazidas empresas que não faziam parte do município, isto é, que não possuíam uma ligação com a dinâmica do mesmo, não fomentando as forças endógenas que este possui, ou seja, as potencialidades locais.

O desenvolvimento local tão pouco vem sendo primado pelo FUNDECAM, pois não há relações de identidade e apropriação por parte dos agentes locais com os empreendimentos aqui instalados, não havendo melhorias na qualidade de vida, ou seja, as atividades econômicas financiadas pelo Fundo, não promoveram uma ascensão significativa no véis social de Campos dos Goytacazes.

Os administradores locais atrelaram ao desenvolvimento apenas a ideia de crescimento econômico, onde as premissas de um mercado neoliberal são determinantes sobre a dinâmica econômica do município, buscando apenas resultados de curto à médio prazos. Além disto, o trabalhador acaba por ser o único responsável por seus méritos e deméritos, tendo à administração local a isenção de qualquer responsabilidade, já que esta “já fez sua parte”, trazendo grandes empreendimentos para Campos.

Partindo-se do pressuposto que as liberdades são fundamentais para a obtenção do desenvolvimento, deve-se voltar as atenções para as potencialidades endógenas, em nosso campo de análise, da sociedade campista. A dinâmica de mercado impera sobre a dinâmica social do município, deixando a economia do mesmo à mercê das intempéries econômicas externas.

Para finalizar, concluiu-se que o crescimento econômico adquirido pelo município, através dos *royalties* do petróleo, não conseguiu, através do FUNDECAM a conquista do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau *et al.* Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. São Paulo: 2008.

COSTA, Maria de Lourdes *et al.* Reflexos da exploração do petróleo no território fluminense: impactos, normativas e intervenções urbanísticas. Disponível em: [http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/27\\_MariaLourdes.pdf](http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/27_MariaLourdes.pdf). Acesso em: 20 jan. 2013.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Reestruturação produtiva: território e poder no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PASSOS, Willian de Souza *et al.* A importância do financiamento público para o desenvolvimento local: estudo de caso sobre o FUNDECAM. In Fauré Ives A. *et al* (Org.) Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior.. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

PESSANHA, Roberto Moraes *et al.* Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Rio de Janeiro: WTC Editora, 2004.

PIQUET, Rosélia. Petróleo, *royalties* e região. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, Lei nº 7084, de 02 de julho de 2001. Cria o Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes e dá outras providências.

CRUZ, José Luís Viana. PIQUET, Rosélia (Org). Petróleo, royalties e região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003

SILVA NETO, Romeu *et al.* Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.